

**25 a 29 de outubro de 2021**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

As atenções do plenário nesta semana estão voltadas para:

- O PL nº 11.276/2018 (do Poder Executivo), que institui a *Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo*, continua na pauta e pode ser colocado em votação a qualquer momento.
- PEC 23/2021 – *Precatórios*: aprovada na comissão, é prioritária para o financiamento da proposta do governo para o Auxílio Brasil. Sendo assim, até definição, ela ocupará todas as atenções da Câmara.
- Aconteceu, dia 26/10, às 10hs, no plenário da Câmara, a Comissão Geral destinada a "debater e propor ações e estratégias para o governo brasileiro apresentar na 26ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática – COP 26". Para esta atividade a REPAM-Brasil não foi convidada, o que reforça a nossa percepção de que um trabalho mais sistemático de incidência deve ser empenhado e, por isso, consideramos que estamos no caminho certo.

ATIVIDADES DAS COMISSÕES DA CÂMARA

Comissão Externa do Ministério da Educação

Realizou, dia 25/10, a Audiência Pública, de iniciativa da dep. Joenia Wapichana (REDE-RR), sobre "Os impactos das políticas voltadas à educação do campo, educação escolar indígena e educação escolar quilombola durante a gestão Bolsonaro e os desafios futuros para as modalidades educacionais".

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Realizará Audiência Pública, dia 29/10, às 10h, para discutir a urgência da análise da Notícia-Crime 9020, pelo STF, diante das condições de extrema vulnerabilidade dos Povos Indígenas e Quilombolas à pandemia da Covid-19. Fatos apontam a responsabilidade direta do governo federal pela situação de grave e criminosa exposição dos Povos Indígenas e de Comunidades Quilombolas às condições de extrema vulnerabilidade e alto risco desses povos à pandemia, negando-lhes as medidas emergenciais sanitárias para que se prevenissem do contágio e disseminação da covid-19. Entre os convidados, participa Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

SENADO FEDERAL

As atenções do plenário nesta semana estão voltadas para:

- PEC 29/2020 – de iniciativa do Sen. Eduardo Braga (MDB/AM). Introduz a renda básica como direito social. "*Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade de renda terá direito a uma renda básica, garantida pelo poder público, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em Lei*".
- PL 6.539/2019 – de autoria da Comissão de Meio Ambiente. Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC, para atualizá-la ao contexto do Acordo de Paris e aos novos desafios relativos à mudança do clima. O relator de Plenário é o Senador Jaques Wagner (PT-BA).

ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO SENADO

Comissão De Meio Ambiente

Em votação o PL 415/2020 - que institui, oficializando, por Lei, o Fundo Amazônia. A Autoria é do sen. Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) e a relatoria do sen. JAYME CAMPOS (DEM-MT): "*Art. 1º Esta Lei institui o Fundo Amazônia, uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, que tem por objetivo destinar o valor das*

doações recebidas em espécie para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal".

Comissão de Direitos Humanos

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 275/2019 - Declara a passagem de linhas de transmissão de energia elétrica por terras indígenas de relevante interesse público da União, na forma do § 6º do art. 231 da Constituição Federal. O autor é o sen. Chico Rodrigues (DEM-RR) e o relator o sen. Vanderlan Cardoso (PSD-GO).

CONGRESSO NACIONAL

Existem vetos da Presidência da República a diversos projetos que precisam ser apreciados. A sessão para analisar esses vetos aguarda agendamento.

OUTROS INFORMES

- De iniciativa da presidência da CNBB e proposição do sen. Jaques Wagner, o PL 1.070/2021, que altera a Lei 9.795/1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, para instituir a Campanha Junho Verde, foi aprovado na Comissão de Justiça e Cidadania da Câmara no dia 22/10. A relatora foi a Deputada Angela Amin (PP-SC). O projeto, já tramitou no Senado com aprovação e, agora, precisa ser aprovado no plenário da Câmara para seguir à sanção da presidência da república.
- CPI COVID – Acontece, em 26/10, a votação do relatório do sen. Renan Calheiros (MDB-AL), um dia antes de a CPI da Pandemia completar seis meses de atividades. Pode haver mudanças na lista dos pedidos de indiciamento e mesmo uma reformulação no capítulo que trata da crise sanitária do Amazonas.
- A partir desta semana, a Câmara dos Deputados retorna às suas atividades presenciais.
- Orçamento secreto - Pelo menos 30 parlamentares destinaram verbas públicas para compras de tratores e máquinas agrícolas sob suspeita de superfaturamento. Os nomes dos deputados e senadores por trás das emendas do "tratoção" vinham sendo mantidos em sigilo graças a um acordo do Executivo com lideranças do Congresso.
- PEC 5/21: O Plenário da Câmara dos Deputados rejeitou as alterações, após uma exaustiva e eficaz articulação de entidades de classe e da sociedade civil, no Conselho Nacional do Ministério Público.
- Dois PLs de interesse da base do governo que podem ser aprovados com o intuito de melhorar a imagem do Brasil na COP 26. Ambos são controversos. O Primeiro é 528/2021, de autoria do dep. Marcelo Ramos (PL-AM), que pretende regulamentar o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), determinado pela Política Nacional de Mudança do Clima – Lei 12.187/2009. O segundo é 1539/2021 da sen. Kátia Abreu (PP-TO), que quer alterar a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/2009) para estabelecer nova meta de compromisso nacional voluntário e seu depósito junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

Contate-nos:

E-mail: comunica.amazonia@cnbb.org.br